



DESTAQUES DA IMPRENSA

UMA HISTÓRIA DE SURTOS E INTERVENÇÕES

O primeiro surto de industrialização do país foi a chamada "era Mauá". No século 19, o Brasil conservou-se na posição de fornecedor de matérias-primas aos países centrais. A exportação de café, entretanto, produziu excedentes de capital e um mercado interno razoável, bases da formação de uma indústria de bens de consumo não duráveis. Eram empresas de comerciantes e imigrantes com recursos, como Matarazzo. Antes, pequenos surtos foram abortados por razões diferentes — de decretos da coroa a pressões inglesas. Parte de uma economia dependente, a indústria viveu atrelada ao contexto internacional — na Primeira Guerra Mundial, por exemplo, ganhou espaço substituindo importações bloqueadas pelo conflito. Depois da guerra, várias empresas estrangeiras instalaram-se aqui, em muitos casos sobre as ruínas das nacionais.

1785 — Em 5 de janeiro, a rainha Maria I, de Portugal, fechou por decreto as primeiras manufaturas de tecido que se espalhavam pela colônia. No Rio de Janeiro, 15 teares foram fechados. O decreto era simples e direto: "Eu, a Rainha, hei por bem ordenar que todas as fábricas, manufaturas ou teares de tecidos (...) sejam extintos e abolidos em qualquer parte onde se acharem nos meus domínios do Brasil." A produção da colônia, embora incipiente, rivalizava com a portuguesa, algo inadmissível para a coroa, que preferia ver no Brasil a sua "vocaçãõ agrícola". Abortou-se, assim, o primeiro an-

teprojeto de indústria, atrasando em pelo menos 50 anos o começo da industrialização.

1808 — Em 1º de abril, o regente Don João VI baixou um alvará revogando as proibições da rainha e tornando legais as fábricas existentes. Outros alvarás, de 1809 e 1810, isentaram de impostos as exportações de tecidos. A mudança da política portuguesa explica-se pela transferência da coroa, em 1807, de Lisboa para o Rio, expulsa de Portugal pela invasão francesa. Os protetores da coroa, entretanto, não gostaram das primeiras medidas, forçando João VI a assinar, em 1810, um tratado comercial favorável à importação de produtos ingleses, refermando a abertura dos portos. Só em 1944, com a tarifa Alves Branco (30% para todas as importações), reviu-se o sistema de tarifas.

1850 — Começou a funcionar a todo o vapor a fábrica de Ponta de Areia, construída pelo Barão de Mauá quatro anos antes. Ao mesmo tempo, decretou-se a Lei Eusébio de Queiróz, abolindo o tráfico negreiro e, na prática, obrigando o deslocamento dos capitais investidos nesse negócio para as nascentes indústrias. A fábrica do pioneiro Mauá produzia tubos para encanamentos de água e gás, caldeiras para máquinas a vapor e engenhos de açúcar e, principalmente, navios. Em 11 anos, a fábrica construiu 72 navios a vapor e a vela. Um ano depois da inauguração do seu primeiro empreendimento, Mauá atacou no setor de infra-estrutura, fundando a Companhia Iluminação a Gás do Rio.

1857 — Outro golpe contra a indústria nacional: com a chamada Reforma Cotegipe, dançou a tarifa Alves Branco, de cunho protecionista, e a importação em vários setores

é liberada. Mauá foi um dos principais atingidos. O estaleiro de Ponta de Areia não estava preparado para concorrer com os estaleiros ingleses. A indústria foi vendida. Em 1875, foi a vez do Banco Mauá, que tinha agências na Argentina e no Uruguai, pedir uma moratória que o levou, três anos depois, à falência. E foram os capitais ingleses os herdeiros do império de Mauá: a estrada de ferro Petrópolis tornou-se Leopoldina Railway e a companhia de gás virou a The Rio de Janeiro Gas Company, com sede em Londres.

1891 — A partir de 1880, assistiu-se ao surgimento de um parque industrial, voltado para a produção de bens de consumo não duráveis. As 200 indústrias de 1880 transformaram-se, 11 anos depois, em quase 700. A política monetarista do Encilhamento, posterior à República, estimulou a acumulação de capitais e, por tabela, a indústria. Um comerciante calabrianista marca o primeiro período de industrialização real: Francisco Matarazzo, que neste ano fundou a Companhia Matarazzo, responsável pela instalação do primeiro moinho de trigo. Matarazzo fundou também o Banco Comercial Italiano e expandiu-se para a indústria têxtil, tornando-se o principal empresário da América Latina.

1913 — Chegaram ao país diversas firmas norte-americanas — a Singer Sewing Machine, a Otis Elevator of Maine e a Pullman Export Car Corporation, assim como os grandes frigoríficos Armour, Swift e Wilson. Terminada a Primeira Guerra Mundial, numerosas firmas estrangeiras do setor de bens de consumo não duráveis instalaram-se aqui — Colgate, Gillette, RCA Vitor, Kodak e General Motors, esta como montadora local de carros importados. A acumulação capitalista nos países centrais e o aumento do mercado interno provocaram um crescimento dos investimentos estrangeiros no país — primeiro, as empresas chegaram como montadoras; em seguida, porém, instalaram seus parques industriais.

Em abril, por outro lado, uma equipe de demolidores partiu de Recife para Pedra, no

extremo oeste de Alagoas, às margens da cachoeira de Paulo Afonso, onde em 1912 surgira uma grande indústria — a Companhia Agro Fabril Mercantil —, fundada por Delmiro Gouveia. Com marretas, destruíram as várias máquinas inglesas. Terminou, ali, outro sonho de uma indústria nacional poderosa — um sonho que o processo de substituição de importações, patrocinado pelo estado depois da revolução de 30, levou à frente. Gouveia construiu uma hidrelétrica. E enfrentou o monopólio de linhas de coser da Machine Cotton inglesa, que através de um poderoso dumping jogou a Mercantil para escanteio.

1928 — O interesse protecionista dos industriais chocava-se com o interesse liberal dos poderosos comerciantes importadores, dependentes das pequenas taxas de importação. Na eleição deste ano para a Associação Comercial de São Paulo, realizada em janeiro, surgiu uma chapa de industriais, liderada por Jorge Street, que foi derrotada pela chapa dos comerciantes. Alguns meses depois, os mesmos empresários organizaram a sua associação de classe: o Centro das Indústrias de São Paulo, presidido por Matarazzo. Com pompa e circunstância, os industriais resolveram defender organicamente seus interesses particulares. O crescente poder econômico transformou-se também em poder político.

A crise de 29 produziu o isolamento da economia brasileira. Com um mercado interno crescente à disposição, as indústrias de bens de consumo não duráveis aumentaram em número e modernizaram a produção. Um obstáculo sério, porém, apresentou-se no começo dos anos 30: faltavam máquinas, transporte e energia para a produção industrial. Em outras palavras, a ausência de uma infraestrutura terminou por interromper o surto inicial de industrialização. A partir da Revolução de 30, porém, o estado assumiu o papel de sustentáculo e planejador da produção industrial, investindo em infra-estruturas, insumos básicos e bens de capital. Esta política assegura um grande crescimento, que acaba por ressentir-se da ausência de capitais. Surge, então, um grande dilema estratégico: o desenvolvimento deve ser autônomo ou asso-

ciado a capitais estrangeiros? A resposta só foi dada no final dos anos 50.

1931 — A economia brasileira foi uma das primeiras a se recuperar da famosa crise de 29. E o setor industrial foi o responsável por essa rápida recuperação. O comércio internacional estava paralisado — o mercado interno, assim, ficou à disposição das indústrias instaladas no país, muitas formadas graças à transferência do capital agrícola. Em 1940, passamos a ter 50 mil indústrias. Este crescimento, porém, esbarrou num problema — a ausência de uma infra-estrutura adequada. O estado, então, passou a atuar no setor — neste ano, Getúlio Vargas criou a Comissão Siderúrgica Nacional.

1941 — Em 9 de abril, Vargas fundou a Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda, cuja construção seria terminada apenas em 1948. Com uma capacidade para produzir 300 mil toneladas anuais, a CSN foi viabilizada por um empréstimo de US\$ 20 milhões, obtido pelo governo junto ao Eximbank norte-americano graças à habilidade política do presidente. No ano seguinte ao início da Segunda Guerra Mundial, Vargas explorou sua posição ambígua em relação ao conflito para chantagear o governo dos EUA e forçá-lo a obter o empréstimo. Novo surto de acumulação de capitais, em meio à paralisação do mercado internacional, favoreceu ainda mais a política de substituição de importações.

1953 — Ainda no capítulo da infra-estrutura produtiva, outro lance ousado e fundamental para a industrialização do país ocorreu no dia 3 de outubro desse ano. Depois de sofrer várias emendas na Câmara dos Deputados, o projeto de criação da Petrobrás foi aprovado no Congresso e sancionado pelo presidente Getúlio Vargas. Foi a realização da famosa campanha *O petróleo é nosso*, que opôs *nacionalistas e entreguistas* — ou, em outras palavras, defensores do monopólio estatal da exploração e do refino de petróleo a defensores da presença de companhias estrangeiras no setor. As empresas estrangei-

ras já instaladas na área de distribuição de derivados, entretanto, continuaram livres.

1954 — O suicídio de Vargas adiou a solução de um dilema da nossa economia: desenvolvimento autônomo ou associado? No início da sua gestão, estas duas linhas foram representadas pela Assessoria Econômica do Gabinete Civil da Presidência, de um lado, e pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico, de outro. Estes defendiam que o Brasil, como parte do sistema capitalista mundial, só poderia crescer se absorvesse doses crescentes de capital estrangeiro; aqueles, por sua vez, sustentavam que a autonomia e o protecionismo eram fundamentais para o crescimento. Até Vargas, venceu a Assessoria. Depois, uma mistura contraditória passou a dar as cartas.

A instalação da indústria automobilística no Brasil marca uma nova fase na industrialização do país. À diferença dos anteriores, este surto não é capitaneado por indústrias brasileiras. No momento em que, pela primeira vez, a produção industrial gera mais renda que a produção agrícola, a industrialização passou a ser liderada por empresas estrangeiras. A economia norte-americana expandiu-se com base na exportação de capitais vinculados ao setor de bens de consumo duráveis. Subsidiárias das empresas dos EUA espalharam-se pelo mundo — e estiveram à frente do fabuloso crescimento econômico da *era Juscelino*. Em 64, aprofundou-se o modelo da modernidade dependente, com um crescimento sustentado pelo endividamento externo. No fim das contas, porém, o Brasil das indústrias modernas viveu, nos anos 80, o esgotamento do seu modelo — foi a década da estagnação, que começa a ser revista.

1957 — A posse de Juscelino Kubitschek e a formulação do seu Plano de Metas marcaram outro movimento da industrialização brasileira, aumentando a participação do capital estrangeiro na economia. Em contrapartida, mantiveram o estado como provedor da infra-estrutura necessária ao crescimento da produção. O maior passo do Plano de Metas

foi a atração das principais indústrias automobilísticas estrangeiras, que rapidamente ganharam importância estratégica — tanto por seu porte quanto pelo efeito transformador dessa indústria em outros setores. No final dos anos 60, o setor representava 10% do total da produção no país. Entre 57 e 61, o PIB cresceu a uma taxa anual média de 7,9%.

1964 — Depois do golpe militar de março, as teses da Comissão Mista e do Plano de Metas, deixadas de lado pelo nacionalismo restritivo e protecionista de João Goulart, voltaram a marcar o ritmo da industrialização. O economista Roberto Campos, nomeado ministro do Planejamento, anunciou um Programa de Ação Econômica do Governo que privilegiava o capital estrangeiro e mantinha o estado nos fartos “setores estratégicos”. Em agosto, a Lei de Remessa de Lucros foi liberalizada. O PAEG, segundo Campos, tinha como objetivo “criar condições que estimulasse a entrada de recursos externos, associando-os ao nacional”. A dívida externa bancou o nosso crescimento industrial.

1971 — O governo Médici lançou o I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico, que define o “modelo brasileiro” de economia, cujo objetivo é “no espaço de uma geração, transformar o país numa nação desenvolvida. São os anos do milagre brasileiro. O I PND definiu algumas metas para consolidar a infra-estrutura e as indústrias básicas: expansão da siderurgia, implantação de pólos petroquímicos, implantação da indústria de construção naval e aperfeiçoamento do sistema de comunicações. No campo privado, o PND previa a associação de empresas nacionais e estrangeiras para tocar os chamados “setores de ponta”. Foi mantida a reserva de mercado para as *multis* automobilísticas.

1983 — A recessão, que levou desempregados a invadir supermercados e provocou a aceleração da inflação, marcou o esgotamento do modelo do “milagre”. A dívida externa chegou a US\$ 100 bilhões e as exportações, outro cavalo da batalha dos governos militares, não sustentaram mais o

crescimento da economia. Entre 80 e 83, o produto industrial sofreu uma queda de 15%, enquanto o setor de bens de capital, que tinha sido estimulado pelo II PND, viu sua produção reduzir-se à metade. As medidas restritivas às importações foram mantidas e a reserva de mercado no setor de informática, que apresentou bom crescimento na produção, foi mantida como política oficial do governo.

1990 — A década da estagnação oferece ao novo presidente seu principal desafio: apresentar um modelo econômico diferente para os próximos anos, capaz de associar crescimento econômico, baixas taxas de inflação e distribuição de riquezas, esta a grande ausência dos modelos anteriores. A política industrial anunciada pela ministra Zélia Cardoso de Mello, se não chega ser exatamente um modelo, muda radicalmente alguns pontos importantes da economia. O passo principal é o fim progressivo de restrições à importação, para aumentar a competitividade da indústria nacional.

(Transcrito do Jornal do Brasil, edição de 01.07.90. Matéria assinada por Sergio Sá Leitão. Registra a participação de: Carina Cooper, Cláudia Bensimon, Coriolano Gatto, Simone Lima, Sergio Costa, Sergio Sá Leitão, Xico Vargas e Zuenir Ventura (Rio); Marcio Ramos e Reinaldo Ramos (São Paulo); José Ramos, Riva Tavares e Romerito Aquino (Brasília); e Nairo Almeri (Belo Horizonte).

ESGOTANDO A LOTAÇÃO

Na década de 70, adotou-se na Universidade brasileira o vestibular meramente classificatório, para responder, com esse expediente maroto, ao falso problema dos “excedentes” — aqueles estudantes que, fingindo ignorar que o vestibular fora sempre um concurso, reivindicavam o direito ao ingresso na Universidade, mesmo com desempenho aquém do sofrível.

Agora, entre as propostas levadas ao Ministro Carlos Chiarelli para o Plano Nacional da Educação, reinventa-se a roda. Volta-se ao abandonado vestibular classificatório; e, de novo, apelando para a expediente: a proposta acha um vexame as vagas ociosas nas universidades públicas e insinua que se deve preenchê-las de imediato e de qualquer forma. Se possível sem eliminar ninguém. Salvam-se as aparências, ainda que comprometendo a substância, a Universidade.

O Ministro da Educação, contudo, gostou da proposta requeitada, depois de uma década. E tanto que se derramaria numa retórica de palanque para a crítica ao atual vestibular, eliminatório: ele é traumatizante para o candidato, para seus amigos e para sua família, devendo a todos estes, portanto, atender, maternalmente, a universidade pública. Ele é, ainda segundo o Ministro, um concurso de palpites, no qual quem não sabe nada tem 33% de chance de aprovação. E o vestibular classificatório, que escanteia a aprovação, não vem aumentar as chances de "quem não sabe nada", sobretudo se se destina a esgotar a lotação das universidades públicas?

Não é justo, aliás, igualar o vestibular atual aos concursos da Loto, depois que se passou — e faz já algum tempo — a dar ênfase às dissertações ou questões discursivas e se apurou a própria formulação das questões de múltipla escolha. E é um contra-senso falar em vestibular realmente classificatório e mandar às urtigas a prova eliminatória de Português, recurso didático primeiro, em todo e qualquer nível de ensino; *a fortiori* no Terceiro Grau.

Não se tornará pública uma universidade pelo mero fato de haver nela sempre lugar para mais um. Muito menos ao se fazer de determinados cursos, de pequena demanda no momento, um porto de naufragos — os que não conseguiram se qualificar para sua primeira ou segunda opções. O público que define a natureza da universidade oferecida pelo Estado não quer uma universidade cheia; quer a Universidade excelente.

Enfim, é extremamente duvidoso que o vestibular classificatório venha a trazer algum

benefício para o ensino de Primeiro e de Segundo Graus. Até porque estes não devem ser tratados num Plano Nacional de Educação dessa maneira reflexa e indireta: recuperá-los é dar-lhes um fim e sentido próprios. Introduzir o vestibular classificatório, dada a pedagogia de transição que domina sobretudo o Segundo Grau, irá antes acentuar a decadência dos demais níveis. E fazer do processo educacional uma recuperação indefinida, remetida para mais adiante.

(Transcrito de O Globo. Editorial da edição de 01.06.90).

TRABALHADORES ESQUECIDOS

Um boletim sobre as condições de vida de crianças e adolescentes (do nascimento aos 17 anos) no Brasil, produzido em convênio entre a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), traz dados sobre a presença de crianças e adolescentes no mundo do trabalho que exigem sérias considerações.

Não é, como se poderia imaginar, tão-somente no campo que há uma taxa significativa de trabalho de menores. Ela é expressiva também no meio urbano; e com tendência a aumentar, enquanto declina lentamente em meio rural. Na Região Sul, é de 29% o percentual de crianças e adolescentes (ente 10 e 17 anos) a trabalharem no meio urbano; na Região Centro-Oeste, 28,5%; na Região Sudeste, 26%; e nas Regiões Norte e Nordeste, 18,5 e 19,5%, respectivamente. Na média geral, quase um quarto (24,5%) de crianças e adolescentes se encontrava no mercado de trabalho em 1987 — um avanço com relação a 1981, quando eram 22,7%.

Já que há uma nítida correlação entre o ingresso de crianças e adolescentes no mundo do trabalho e o nível de renda familiar, põe-se logo o problema: enquanto não for pos-

sível uma melhoria substancial e generalizada nos níveis de renda, teremos que conviver com a realidade social desse ingresso precoce. E a proteção que o Estado deve à infância e adolescência terá que acautelar tal ingresso contra determinados riscos ou prejuízos sociais — alguns deles já evidentes.

A necessidade se choca com as dificuldades postas pelo mercado de trabalho: o desemprego aberto das pessoas entre 10 e 17 anos é o triplo do dos adultos, num grande centro como São Paulo. E, entre a oferta reduzida e a necessidade premente, acabam os menores aceitando trabalho sem proteção alguma da legislação trabalhista e previdenciária: só 32,4% dos adolescentes entre 15 e 17 anos têm carteira assinada; e só 10,5%, no grupo de 10 a 14 anos. Trabalham sem proteção e sem redução alguma na duração do trabalho: 49% dos mais jovens trabalham 40 horas semanais ou mais; e 77,8% dos situados entre os 15 e 17 anos.

Ora, se há um trabalho que o legislador precisa mais especialmente proteger, é esse que nasce de um imperativo estrito de sobrevivência: dele depende a renda familiar, em proporções que oscilam de 11 até 30%; e isso em função de uma remuneração que geralmente se situa abaixo de meio salário-mínimo. Mais ainda, se o princípio diretor de uma legislação previdenciária específica é a necessidade social, há que se cogitar de uma atenção muito maior a esses desassistidos e de pouquíssima capacidade de barganha ou reivindicação.

A legislação e a fiscalização trabalhista precisam despertar para mais um fato, que está em relação direta com o ingresso precoce no mercado de trabalho e com a duração semanal das obrigações: no Brasil, as taxas de escolarização começam a declinar aos dez anos de idade, para se acentuar a partir dos 14. Fato que se agrava no meio rural, onde o ingresso no sistema escolar é tardio, tanto quanto é antecipada a saída. Que educação, aliás, é possível, em nossas agências educacionais formais, para um menor bóia-fria, ou que tenha que cumprir 40 horas semanais de trabalho?

São mais de sete milhões de brasileiros, na espera, silenciosa e anônima, de reconhecimento e dignificação — um contingente largamente maior que o abarcado por todas as nossas instituições de ensino superior. São mais de sete milhões, cuja entrada prematura no mundo do trabalho deveria ser compensada pelo menos por uma abertura das oportunidades de qualificação. Para que não fiquem cronicamente punidos com a estagnação os que já foram tangidos criticamente pela necessidade.

(Transcrito de O Globo. Editorial da edição de 02.04.90).

UM RELATO SOBRE A MISÉRIA NO BRASIL

Menos de uma semana após a divulgação, em Recife, do relatório do Banco Mundial sobre a pobreza nos países em desenvolvimento, Jorge G. Castañeda, professor de ciência política da Universidade Nacional Autónoma do México, escreveu para o jornal Los Angeles Times, dos Estados Unidos, um artigo sobre a miséria que presenciou no Brasil. Eis o seu relato:

RECIFE — “A pobreza está na moda nos círculos internacionais; a *pobreza extrema*, como é frequentemente chamada, é o inimigo a ser derrotado por economistas, burocratas e políticos. O relatório deste ano do Banco Mundial enfoca a pobreza, assim como o relatório da ONU. Chile e México estão implementando políticas modelo do Banco Mundial para a pobreza. Mesmo nos Estados Unidos, graças a Kevin Phillips e outros, os pobres mais uma vez são objeto de interesse, se não de políticas.

Aqui no Nordeste brasileiro a pobreza tem escala monumental, ao menos pelos padrões

latino-americanos e, talvez, também em comparação com a Ásia e a África. O Nordeste, a terra da cana-de-açúcar e da seca, é onde um quarto da população do Brasil — mas metade de seus pobres — vive uma vida que é um terço mais curta que a do resto dos habitantes do país. Subnutrição, analfabetismo, violência, doenças e opressão estão concentradas nesta região, assim como o consumo despudorado e a riqueza espalhafatosa, em grande parte podendo ser traçada até os baronatos coloniais do século 17. Esses extremos — a destituição absoluta de favelados que esmolam, assaltam ou morrem em meio à prosperidade das cidades da costa — demonstram por que o Brasil é um país tão difícil, senão impossível, de governar e administrar.

Durante os anos do assim chamado *milagre brasileiro* — do final da década de 60 até 1980 — foram feitos avanços contra a pobreza, embora as políticas econômicas oficiais não tivessem explicitamente esse objetivo. Em 1960, segundo o Banco Mundial, 36 milhões de brasileiros, ou 50% da população, viviam abaixo de uma linha de pobreza teórica e imprecisa. Em 1980, o número tinha sido reduzido para 25 milhões; mais importante, isso representava só 21% dos habitantes do país. Portanto, cerca de 15 anos de espetacular crescimento econômico — apesar da ditadura militar, corrupção e outros abusos — fizeram uma diferença. Mas de 1980 em diante, quase todo o progresso foi apagado por uma “década perdida”. Em 1987, o número de pobres tinha voltado a 33 milhões, 25% da população.

As conseqüências sociais são tenebrosas. Em termos de mortalidade infantil, por exemplo, o Brasil está em 62.^a lugar no mundo — próximo a El Salvador. Com relação à educação, 76% dos votantes na última eleição presidencial não tinham mais que o curso primário — a maioria deles, muito menos que isso. E avalia-se que 45 milhões de brasileiros com mais de 15 anos estão fora do mercado de trabalho.

Ao mesmo tempo, apesar da hiperinflação,

das políticas incoerentes e dos desequilíbrios regionais, a economia funciona. O superávit comercial do Brasil é o terceiro maior do mundo, atrás do Japão e da Alemanha. O setor privado é diversificado e dinâmico, fornecendo a maioria dos bens consumidos num país que produz 90% de suas necessidades. Embora as empresas maiores sejam estatais, 73% das 500 maiores firmas são privadas e de propriedade de brasileiros. E ano após ano, com todas as suas ineficiências, distorções e tensões, a economia exibe um crescimento anual de pelo menos 4%, mesmo em 1989, um ano terrível.

O problema então passa a ser como compatibilizar essa economia com a redução das disparidades regionais e a desigualdade social — e como fazer isso num país que está usufruindo de um sistema democrático razoavelmente eficiente pela primeira vez em 30 anos. Este dilema explica a inconsistência do presidente Fernando Collor de Mello, seus ziguezagues erráticos e as imensas dificuldades para implementar o “tratamento de choque” que prometeu para a economia. Seu plano antiinflacionário teoricamente heterodoxo, que de início congelou US\$ 80 bilhões da oferta de dinheiro e que devia baixar a inflação para 2% ou 3% ao mês, virou algo muito mais banal. A política de Collor hoje é classicamente recessiva, diminuindo os salários reais, a produção industrial e os gastos do governo, para temporariamente estabilizar a inflação em cerca de 10% ao mês — nada mal, dado o espectro entre 80% e 100% ao mês que alcançou no início do ano, mas longe do alvo inicial. Da mesma forma, a intenção de Collor de eliminar 360 mil empregos da folha de pagamentos do governo em cinco anos virou a demissão temporária de 20 mil burocratas.

A tentativa de Collor de abrir a economia também tem de ser temperada pela realidade. A indústria brasileira, em muitos casos, pode competir com a estrangeira, mas não de um dia para o outro, e não indiscriminadamente.

Mas, mais importante, Collor está descobrindo que a intervenção do governo é o único caminho que pode levá-lo a alcançar seus ob-

jetivos em muitas áreas — desenvolvimento regional, programas sociais e infra-estrutura —, distribuindo a riqueza e a renda geograficamente, se não socialmente. Ele está chegando, a sua maneira, à mesma conclusão a que os militares brasileiros ultraconservadores, virulentamente antipopulares e pró-americanos, chegaram no final dos anos 60 quando tomaram o poder. Num país tão diverso, desigual e complexo como o Brasil, a única força unificadora é o Estado. A questão então passa a ser se o Estado e sua intervenção na economia e nos problemas sociais pode ser verdadeiramente democratizado e modernizado. Ele não pode e não deveria minguar até que se apague.

As necessidades acumuladas dos pobres são agora expressas através de eleições (o país está em meio à sua terceira campanha eleitoral nacional em menos de dois anos). Essas necessidades — empregos, saúde, habitação, educação são razoáveis e podem ser atendidas em prazo médio, mas só se mudanças profundas acontecerem — reforma fiscal, reforma agrária, aumento real dos salários, redistribuição da riqueza, etc. O sistema democrático permite que essas reivindicações sejam expressas politicamente, mas não faz com que os interesses que se opõem a essas mudanças tornem-se menos implacáveis.

É nisso que reside a fragilidade da democracia brasileira e precariedade última do papel emergente do Brasil na cena mundial, rapidamente tomando o lugar do México como o único grande país latino-americano com personalidade internacional própria. Este é um país onde pode-se entender a achapante maioria da população votando *não* a tudo; e isso faz com que governar democraticamente seja algo extraordinariamente difícil, senão impossível.”

(Transcrito do "Jornal do Brasil", edição de 24.08.90. Destaque em negrito à conta da redação de ADN).

FLUXO E REFLUXO DAS ESTRATÉGIAS

No início dos anos 60 o impulso dado pela Cuba de Fidel Castro à estratégia revolucionária desencadeou uma onda de movimentos esquerdistas, alguns deles com relativo sucesso, tal como aconteceu no Brasil com os três anos e meio do governo João Goulart. Na Argentina preparou-se o terreno para a volta do peronismo; no Peru ascendeu a esquerda militar do general Alvarado; o Chile coroaria o processo com a ascensão de Salvador Allende. Guerrilhas começaram a se difundir por vários países, até o já anacrônico êxito do sandinismo na Nicarágua na década de 80. No meado dos anos 60 iniciou-se a reação militarista (para onde foi o Brasil...), que alcançaria Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Peru e Bolívia, com a já tradicional ditadura do Paraguai. Nem sempre há coerência à cronologia, mas percebe-se a linha dominante em cada período.

O papel dos militares foi reprimir a onda esquerdista, suprimir a guerrilha, superar os atritos nas relações com os Estados Unidos, abrindo caminho a uma cooperação, e organizar a economia em termos confiáveis pelas instituições capitalistas. Isso foi feito e o preço pago ficou nos conflitos internos caracterizados pela rejeição do modelo ditatorial com novo surto de resistência à composição de interesses econômicos com as potências do Norte.

Abriu-se caminho para as distensões e mudanças graduais, que culminaram com eleições no Brasil, na Argentina, no Uruguai, no Peru, no Chile e até no Paraguai, domada também a revolução na Nicarágua e reprimida a insubmissão do Panamá. As contradições internas da abertura democrática inviabilizaram governos como os de Alfonsín, Sarney, Sanguinetti, Alan Garcia, De La Madrid, etc.; abrindo caminho para revisão de estratégias que iriam propor a racionalização e modernização das economias regionais, ajustando-as aos parâmetros da

sociedade capitalista triunfante, que encontra nos acontecimentos do Leste Europeu a contraprova do acerto das concepções de economia do mercado.

A nova etapa do continente seria deflagrada no México pelo governo de Salinas Gortari e encontraria ressonância no Sul com os planos de reforma e de ajustamento econômico em moldes radicais (que tiveram sua fase experimental bem-sucedida no Chile e na Bolívia) de Menem, Collor e Fujimori, que enfrentam a inflação segundo modelos ortodoxos, privatizam as empresas, reduzem o tamanho do Estado, liberam o mercado e recebem estímulos do FMI e do Bird para o bom resultado dos respectivos programas.

(Extrato da coluna do jornalista Carlos Castello Branco, publicada na edição de 09.09.90 do "Jornal do Brasil")

O VALE-TUDO

A cirradas disputas por audiência podem transformar a televisão num campo de batalha em que se usa qualquer tipo de arma, da pornografia à violência, sem nenhuma piedade para com o espectador. No Brasil, a telinha se tornou um enorme cenário de desolação, um vale-tudo (para lembrar o título de recente novela) no qual a violência deixou de ser uma realidade digna de desprezo e foi transformada em instrumento de conquista de audiência.

Max Born, Nobel de Física em 54, achava que há sombras no futuro da humanidade, e que elas se devem, por um lado, aos métodos de destruição em massa e, por outro, ao abuso dos meios de comunicação de massa que inculcam determinadas idéias na mente humana. A violência é uma dessas idéias.

Para levar a cabo a difícil tarefa de construir um mundo melhor, não violento, as pessoas precisam receber uma informação que possa ser utilizada de acordo com seu melhor

juízo crítico. Daí a importância da comunicação. Fredric Wertham, no seu livro sobre a violência humana, *A marca de Cain*, lembrou que a comunicação é o oposto da violência. "Onde termina a comunicação começa a violência." Por que existe tanta violência, ou ameaças de violência, no mundo atual, quando os meios de comunicação se aperfeiçaram tanto?

Parte da resposta está na discrepância entre o que se faz efetivamente com os meios de comunicação e o que se poderia fazer com eles. Temos a maior possibilidade de comunicação que jamais alguma civilização teve. Podemos nos comunicar com milhões de pessoas em lugares remotos, com rapidez assombrosa. Mas não empregamos essa facilidade de forma construtiva.

Quando as pessoas se comunicam perfeitamente entre si, não há necessidade de recorrer à violência. No caso da televisão brasileira, a confusão parece ser o denominador comum das pessoas que, em diferentes lugares, recorrem à mesma fórmula para atingir índices de audiência: o apelo aos sentidos, na sua forma mais elementar. No carnaval, a tela extravasa deboche. No horário nobre, sexo gratuito. Em época de eleição, demagogia bem maquilada. E, a qualquer momento, violência de baixo nível, para agarrar o telespectador pelo entorpecimento da razão.

A violência é hoje um dos atributos da humanidade e está, sem dúvida, presente em todos os momentos da vida urbana nas grandes cidades. Mas não da maneira explosiva com que é apresentada na televisão, retorcida, estilizada até o mau gosto, apelativa. Na telinha, com a sem-cerimônia com que penetra nos lares, a violência parece ser o próprio real. Mas na verdade é um real escolhido, manipulado pelo homem.

A morte na televisão é uma forma de fantasia, como dizia McLuhan, e toda fantasia — violência da televisão é uma forma de recordar que a violência do mundo real é motivada por pessoas que se rebelam contra a perda de identidade. O homem que na televisão aparece distribuindo violência é bem

a imagem do robô que os canais gostariam de ter como espectador: dificilmente este robô pode ser diferenciado de um ser humano. Hoje em dia, na galáxia da televisão, é difícil distinguir um homem de um robô.

Numa época de calma na disputa pela audiência, muito se discutiu a respeito de um documento que circulou numa das estações, chamado *Sensibilidade e responsabilidade*, no qual se proibia "a linguagem vulgar e o baixo calão", as "cenas de erotismo vulgar e a violência exacerbada". Na época, parecia ser uma autocensura exagerada com que se procurava dar tintas de respeitabilidade a um padrão de qualidade que predominava na televisão em geral. Hoje, as recomendações parecem uma relíquia medieval. Baixo calão, erotismo vulgar e violência são usados por todos os canais, indiscriminadamente, para abocanhar alguns pontinhos de audiência. Este é o verdadeiro vale-tudo.

A televisão, que tanto sofreu sob a censura do autoritarismo, quando se viu livre dela perdeu a cabeça, e, como disse um programador de um canal, "partiu para a loucura total". A "loucura total" começa com a confusão entre a violência real (que, esta sim, diante da onda de criminalidade, precisa ser discutida com a sociedade através da televisão) e a violência deletéria para conquistar

espectadores, a qualquer preço.

Um diretor de televisão comentou há pouco que "80% dos pacotes que os americanos têm para vender são a mais pura violência", e é exatamente este tipo de violência caricata, inconseqüente, que é empurrada pela goela abaixo do público. Outro diretor alegou que os tempos são violentos: é a regra do mercado. De acordo com tal regra, tudo é possível, como se a ética da concorrência pela audiência e pela publicidade pudesse justificar qualquer coisa, a começar pela violência.

É dessa forma que se forja o mito da onipotência da televisão — mito que as próprias televisões fazem questão de estimular, mesmo que não seja verdadeiro. A televisão só é um *big brother* onipresente e infalível na cabeça de quem a faz, em proveito próprio. É o que acontece em países no qual ocorre o excessivo domínio de um meio de comunicação sobre os outros, com toda sua carga negativa e narcotizante, tornando pessoas, grupos de pessoas e comunidades insensíveis a outros tipos de mensagens.

(Transcrição da matéria do "Jornal do Brasil": editorial da edição de 03.08.90).